



JORNAL

FENAJUFE EM PAUTA

EDIÇÃO ESPECIAL | JULHO 2024 | ANO 1

Plenária Nacional reafirma luta pelo Plano de Cargos, Carreira e Salários

Com foco na unidade da categoria, a atividade reuniu 24 sindicatos filiados, proporcionando um espaço de troca de experiências e definições dos próximos passos na luta por direitos

PÁG. 7



Valorização à luta contra o nepotismo

Homenagem póstuma ao ex-coordenador da Fenajufe e do Sintrajufe-MA, Paulo Roberto Ribeiro Rios, emociona os presentes

PÁG. 2

Inclusão da categoria no orçamento

Trabalhadoras e trabalhadores do PJU e MPU no centro da democratização do Poder Judiciário

PÁG. 5

Inteligência artificial e a saúde dos trabalhadores

Painelistas defendem o direito dos servidores à desconexão, os impactos na saúde mental e as novas relações de trabalho

PÁG. 6

Atração cultural e homenagem a ex-coordenador marcam abertura da XXIV Plenária Nacional da Fenajufe

Bloco FullChico foi destaque no início dos trabalhos; homenagem a Paulo Rios emocionou pela brava luta contra o nepotismo



Após meses de organização, a XXIV Plenária Nacional da Fenajufe foi aberta, no dia 23 de maio, com a apresentação da cidade de Natal pelo cerimonial, seguida da música do bloco performático FullChico – que apresenta os clássicos de Chico Burque em ritmos regionais e colocou todo o plenário para dançar fazendo um verdadeiro carnaval fora de época.

A primeira mesa foi composta pela comissão organizadora da plenária, constituída pelas coordenadoras Sandra Cristina Dias, Luciana Carneiro e Fernanda Lauria e pelos coordenadores Paulo José da Silva e Luiz Claudio Correa, além dos coordenadores-gerais do Sintrajurn/RN, Leandro Gonçalves e Marlos Medeiros. Foi um momento dos avisos importantes e regras do evento, como também ressaltar os principais pontos que nortearão os debates e o chamamento pela união da categoria. Foram registradas as presenças da presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassojaf), Mariana Liria, e do diretor de Comunicação da Associação Nacional dos Técnicos Judiciários (Anatecjus), Dalmário de Oliveira Filho.

Em seguida, o momento mais emocionante da abertura do evento veio com a homenagem ao ex-coordenador da Fenajufe e do Sintrajufe-MA Paulo Roberto Ribeiro Rios, falecido em março deste ano. O texto que narrou toda sua trajetória foi escrito pelo coordenador-geral do sindicato Saulo Arcangeli e lido pela também diretora Telma Brito. Participaram do tributo, ainda, a ex-coordenadora da Fenajufe e do Sintrajufe-PI Maria Madalena Nunes e a ex-coordenadora da Fenajufe e atual coordenadora do Sintrajuf-PE, Jacqueline Albuquerque. Momento em que foi lembrada toda sua luta contra o nepotismo no judiciário brasileiro.

Assim que foi formada a segunda mesa, houve mais um momento emocionante: um minuto de silêncio em respeito às vítimas da tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul. Aberta a mesa, as falas foram iniciadas pelas coordenadoras Lucena Pacheco e Sandra Dias e pelo coordenador Fabiano dos Santos, que falaram a respeito das lutas do PJU e do MPU, do projeto de carreira e mobilização contra os privilégios da magistratura.

Também falaram os convidados internacionais Pablo Ernesto

Elizalde Trindad – AFJU (Asociación de Funcionarios Judiciales del Uruguay) e Jorge Eduardo Sotelo - FJA (Federacion Judicial Argentina) que analisaram o avanço da extrema direita na América do Sul e do individualismo no movimento de trabalhadores. Os convidados fizeram uma ligação entre a tragédia no Rio Grande do Sul e a opressão cada vez maior do capitalismo.

Por fim, o procurador-geral do estado José Duarte Santana, representante da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, fez uma pequena saudação e lembrou da origem popular da governadora que iniciou carreira no sindicalismo.



▶ **Veja como foi!**

EDITORIAL

Boas-vindas

A Federação Nacional dos Trabalhadores e das trabalhadoras do Poder do Judiciário da União (PJU) e do Ministério Público da União (MPU) – Fenajufe tem como missão primordial organizar, em nível nacional, a luta unificada dos mais de 130 mil servidores e servidoras do PJU e MPU na defesa dos interesses da categoria, da classe trabalhadora e dos serviços públicos, tão essenciais à sociedade.

A luta é árdua e contínua, seja para garantir direitos, seja para mantê-los, sendo fundamental que ela seja conhecida.

Por isso, é com entusiasmo que apresentamos a primeira edição do Jornal Fenajufe em Pauta, um veículo dedicado a informar, inspirar e fortalecer nossos laços e nossas lutas. É mais uma ferramenta de união, divulgação e comunicação, que busca proporcionar a todos e a todas maior conhecimento das pautas que impactam diretamente nossas vidas, nosso trabalho diário e o desenvolvimento do Judiciário e do Ministério Público federais.

Nossa intenção é apresentar, por outro canal, o trabalho coletivo realizado pela Fenajufe em conjunto com os 25 sindicatos filiados à Federação e demonstrar que a luta coletiva sempre vale a pena e só nos fortalece.

Para esta primeira edição optamos por abordar a XXIV Plenária Nacional da Fenajufe, realizada de 23 a 26 de maio em Natal/RN, evento que reuniu quase 200 servidores e servidoras, entre delegados e observadores, dos 25 sindicatos da base da Fenajufe. Foram dias de intensos debates e definições importantes, aprovadas de forma democrática pelos participantes, seja por consenso ou por votação.

Realizada a cada ano, a Plenária Nacional é a segunda instância deliberativa mais importante dos servidores e servidoras do PJU e MPU, havendo, acima dela, apenas o Congresso da Fenajufe, que ocorre a cada três anos.

Dentre outros assuntos debatidos em Natal, foi reafirmada a luta pela aprovação do anteprojeto de cargos, carreira e salário, protocolado no STF e no CNJ, nos parâmetros aprovados com ampla participação da categoria na XXIII Plenária Nacional da Fenajufe, realizada em Belém/PA em 2023, pelo qual devemos nos organizar e mobilizar.

Esta categoria tem um histórico de lutas travadas contra as mais diversas administrações e novamente somos chamadas e chamados à mobilização não apenas pela valorização do Judiciário e do MPU, mas pela valorização do serviço público.

Que este jornal não seja apenas uma fonte de informação, mas também um reflexo da nossa unidade e da nossa determinação em enfrentar os desafios que se apresentam.

Juntos, construiremos um PJU e MPU mais justos, eficientes, inclusivos e que respeitam seus trabalhadores e trabalhadoras.

Bem-vindos ao nosso jornal!

EXPEDIENTE

Supervisão e editorial - Coordenação de Imprensa e Comunicação

Luciana Carneiro
Fernanda Lauria
Márcia Pissurno

Projeto Gráfico - Paula Morena

Logotipo - Rap Design

Textos - Joana Darc Melo e Ana Paula Costa (Sintrajurn/RN)

Revisão e colaboração - Raphael de Araújo e Fernanda Miranda

Fotos - Felipe Costa/Data Show

Fenajufe - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Endereço - SCS, Quadra 2, Bloco "C", Edifício Serra Dourada, 3º Andar, salas 312 à 318 - 70300-902 | **Telefone** - (61) 3962 - 8925

E-mail - imprensa@fenajufe.org.br

Conjuntura encerra primeiro dia de debates na XXIV Plenária da Fenajufe

Antes do debate, Fenajufe se solidarizou com a delegação do Sintrajufe/RS que foi impossibilitada de estar presente diante da tragédia causada pelas enchentes no estado

A XXIV Plenária Nacional começou no dia 23 de maio na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, reforçando unidade e mobilização conjunta pelos direitos da categoria. O segundo maior evento deliberativo da Federação registrou a participação de 24 sindicatos de base e 164 delegados(as) e observadores(as).

Participaram presencialmente as coordenadoras Lucena Pacheco, Sandra Dias, Soraia Marca, Luciana Carneiro, Fernanda Lauria, Márcia Pissurno, Juscileide Rondon, Denise Carneiro e Paula Meniconi e os coordenadores Fabiano dos Santos, Paulo José da Silva, Thiago Duarte, Leopoldo de Lima, Fábio Saboia, Jailson Lage, Manoel Gérson, Luiz Cláudio Correa, Paulo Roberto Koinski e Wallace Coelho; já os coordenadores Fabrício Loguercio, Edson Borowski e Ribamar França por videoconferência.

A mesa diretora composta pelas coordenadoras Luciana Carneiro, Paula Meniconi e os coordenadores Thiago Duarte e Paulo José comandaram os trabalhos de conjuntura. Compuseram a mesa temática a economista sênior do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (Dieese) Lúcia Garcia, a professora e pesquisadora do Centro de Estudos e Pes-



quisas em Humanidades da Universidade Federal da Bahia Graça Druck e o consultor legislativo Vladimir Nepomuceno.

Antes do início das falas, na condução da mesa, a coordenadora Luciana Carneiro se solidarizou com a delegação do Sintrajufe/RS que foi impossibilitada de estar presente diante da tragédia causada pelas enchentes que assolaram todo o estado.

Em sua fala inicial, Lúcia Garcia afirmou que o que “se espera em uma mesa de conjuntura é não contar novidades e sim criar “alinhavos” que possam ser úteis, de alguma forma, às lutas das categorias”. Ao falar de conjuntura brasileira e do trabalho, a economista abordou o avanço das reformas retrógradas no plano das organizações do arcabouço de proteção ao trabalho, como a reforma trabalhista, administrativa, a agressão ao meio ambiente, enfim, “o conjunto da obra que nós vimos ser montados nos últimos tempos”.

Já a professora Graça Druck, acentuou que estamos vivendo numa conjuntura mundial que determina uma “era da sociedade capitalista que tem uma predominância de um projeto de sociedade que vem sendo vitorioso no mundo todo”. Segundo ela, a

“neoliberalização” da sociedade, que está em curso em todo o mundo, e a ascensão da extrema direita, trouxeram muitas transformações para o mundo do trabalho – principalmente para os servidores públicos.

Por sua vez, iniciando sua fala sobre precarização do trabalho, Vladimir Nepomuceno cita o crescimento da Uber no país. O consultor afirmou que a uberização é uma das formas de acabar com as verbas públicas e sociais. Sobre a correlação de forças, Nepomuceno destacou que ela “não é estática e para movê-la é necessário força”. Ele lembrou que desde o fim da ditadura, o Brasil sempre esteve em correlação de força “desfavorável”.

Para aprofundar o debate da conjuntura atual, Vladimir cita trechos de um texto do jornalista Ruy Castro que, entre outros pontos, ressalta que “a extrema direita tem uma receita universal. Populismo, nacionalismo, discurso moral e religioso. Xenofobia, repúdio a imigrantes e racismo”.



▶ Veja como foi!

Participantes aprovam regimento interno e debatem opressões

Coordenadores da Fenajufe destacaram que o momento é de união para avanço do Plano de Carreira

No segundo dia da XXIV Plenária Nacional da Fenajufe, em Natal, na manhã do dia 24 de maio, os trabalhos foram retomados com a leitura e aprovação do regimento interno do evento. A mesa foi conduzida pelas coordenadoras Denise Carneiro, Fernanda Lauria e Paulo José da Silva.

Em seguida, as coordenadoras Lucena Pacheco e Sandra Dias e o coordenador Fabiano dos Santos passaram os informes sobre o andamento das lutas da Federação, representando a coordenação-geral. A coordenadora Lucena destacou o trabalho feito na defesa do anteprojeto de reestruturação da carreira, estabelecido na resolução aprovada na plenária de Belém, em novembro de 2023. Lucena ressaltou que foram realizadas visitas a vários órgãos do Poder Judiciário para apresentação da proposta.

Já a coordenadora Sandra Dias pontuou a necessidade da unidade, uma vez que os desafios para aprovação do projeto são grandes. Para a diretora, as diferenças que existem dentro da categoria foram contempladas na resolução e, por isso, a importância de todos os setores se enxergarem como aliados.

Fabiano dos Santos pontuou que sejam seguidas as resoluções aprovadas em Belém com foco em modernizar a carreira. Para o coordenador, é necessário que o plano de carreira se adeque à evolução do judiciário. Fabiano citou a disputa orçamentária com a magistratura como um desafio a ser superado.

O primeiro painel do dia foi a Análise da efetividade das políticas de enfrentamento às opres-



sões no PJU e MPU (mulher, LGBTQIA+, pretos e pretas e PCD), aberto pela coordenadora Luciana Carneiro. Apresentando números, a dirigente falou sobre a importância das mulheres na sociedade e no judiciário, da piora das situações de assédio no período pandêmico e citou casos ocorridos nos últimos anos no PJU.

Em seguida, foi a vez do diretor do Sisejufe Ricardo Soares, que é membro da Comissão Per-

manente de Acessibilidade e Inclusão do TRF2. O dirigente alertou para as dificuldades de acesso aos concursos públicos pelas pessoas com deficiência (PCD) por barreiras impostas pelos próprios editais.

A técnica judiciária na Justiça Federal do Rio Grande do Sul Magali Dantas fez a terceira explanação. A servidora questionou até onde vai a vontade da categoria em combater às opressões e democratizar o judiciário, temas que não são tratados com a devida importância.

Finalizando o painel, o servidor do TRT2 (SP), integrante do Comitê Regional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade Filipe Goielli Mafalda trouxe várias pesquisas que mostram o aumento da violência contra a comunidade LGBTQIA+ e explicou que, apesar da discriminação existente, o Poder Judiciário brasileiro é o mais progressista entre os três poderes e foi o primeiro do mundo a aderir ao pacto de equidade racial da ONU.



Veja como foi!



XXIV Plenária aborda estratégias para garantir isonomia no orçamento do judiciário

Tema permeou a tarde do segundo dia de debates, dia 24 de maio, reafirmando a unidade de toda a categoria para a conquista de direitos

Após intensos debates da manhã, delegadas e delegados presentes na XXIV Plenária Nacional discutiram o plano de lutas na retomada dos trabalhos na tarde do dia 24 de maio. A mesa diretora foi composta pelas coordenadoras Fernanda Lauria, Paula Meniconi e Juscileide Rondon e os coordenadores Fabiano dos Santos e Leopoldo de Lima.

O tema central das discussões “Trabalhadoras e trabalhadores do PJU e MPU como o centro da democratização do Poder Judiciário” movimentou o período e provocou o desejo de unidade na luta pelos direitos da categoria.

Para a promoção do debate, a Federação convidou os seguintes painelistas: o economista e doutor em teoria econômica Jean Peres; o cientista político pela Universidade de Brasília (UnB) Edvaldo Dias; o servidor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese), Cid Cordeiro; o assessor parlamentar Thiago Queiroz (Consillium Assessoria Parlamentar) e Roberto Policarpo, coordenador da Fenajufe licenciado.

Seguindo a ordem das manifestações, destacamos alguns pontos:

Orçamento público

Em sua manifestação, Edvaldo Dias explicou que o orçamento público é um instrumento fundamental de planejamento e de gestão das políticas públicas regido por três legislações específicas. São elas:



1) Plano Plurianual (PPA), que é um planejamento de médio prazo que define as diretrizes e as metas do governo; deve ser apresentado no primeiro ano do mandato presidencial e passa a vigorar no 2º ano do mandato.

2) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as metas e as prioridades do governo para o ano orçamentário seguinte. Entre outras coisas, a LDO orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual. A LDO tem que ser apresentada pelo Poder Executivo ao Legislativo até o dia 15 de abril de cada ano e já se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

3) Lei Orçamentária Anual (LOA) é o orçamento propriamente dito. É uma lei que fixa as despesas públicas para o período de um exercício financeiro. A LOA contém todos os gastos do

governo federal e seu projeto deve ser enviado ao Congresso até o dia 31 de agosto de cada ano. O cientista político disse, ainda, que a discussão do tema na plenária é oportuna.

Mudança qualitativa

O também economista Jean Peres enalteceu o alto nível dos temas tratados na XXIV plenária. Peres se autodeclarou um ativista da democratização do Estado brasileiro. Para o pesquisador, houve uma mudança muito drástica na política econômica do País desde 2015, no que tange a forma de como o orçamento é disputado.

Por outro lado, segundo ele, “a questão judiciária federal também teve uma mudança qualitativa”, e que essa mudança vai determinar a forma de organização para conquistar a aprovação do plano de reestruturação da carreira.

Esforço conjunto

O técnico do Dieese Cid Cordeiro ressaltou que o governo tem enfrentado uma série de dificuldades para movimentar a atividade econômica e melhorar a efetividade de arrecadação. Em meio a tudo isso, existe o desafio que está colocado para garantir a implementação do plano de carreira.

Segundo Cordeiro, é necessário

um esforço conjunto para viabilizar o melhor Plano de Cargos e Salários (PCS). E, para que isso de fato ocorra, é fundamental buscar condições orçamentárias e fiscais para aprovar o anteprojeto. Ele ainda apresentou a estagnação da carreira, a evidente precarização no PJU com o uso cada vez maior da Inteligência Artificial (IA) e a necessidade de atualização.

Prazos

O assessor parlamentar da Fenajufe Thiago Queiroz trouxe uma breve contextualização sobre prazos da LDO e a da LOA, peças mais importantes para a concessão de reajuste dos servidores públicos. Thiago explicou, ainda, que a LOA não discrimina, anualmente, a despesa com pessoal para magistrados e servidores. Thiago alertou, no entanto, que as despesas com terceirizados e com parcelas indenizatórias não são consideradas despesas com pessoal.

Valorização dos servidores do PJU e MPU

O coordenador licenciado Roberto Policarpo relembrou a luta da Fenajufe para conquistar os planos de cargos anteriores. Policarpo reafirmou que a Federação foi ouvida em construir um anteprojeto com a preocupação para contemplar os vários segmentos da categoria. Para ele, o anteprojeto da carreira é um instrumento eficaz e necessário para a valorização das servidoras e servidores do PJU e MPU. Ainda sobre o anteprojeto, ele afirmou que a unidade da categoria é determinante para sua aprovação.

Policarpo, argumentou sobre a falta de representatividade dos servidores na composição dos Conselhos superiores. Segundo ele, é fundamental que a Fenajufe e a Fenajud - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados - participem de forma ativa dos debates da questão orçamentária e de outras do Poder Judiciário, de interesse das servidoras e servidores. Para ele, a busca por isonomia no orçamento é justa e legítima.



▶ Veja como foi!

Foco na saúde dos trabalhadores e a relação com a inteligência artificial e as novas relações de trabalho

Painelistas defendem o direito dos servidores à desconexão, os impactos na saúde mental e as novas relações de trabalho

A inteligência artificial já é uma realidade e está presente na vida de todos nós através, principalmente, dos celulares e seus aplicativos que, ao mesmo tempo que facilitam nossa vida, coletam informações sobre cada um. Mas e no trabalho? Será que tudo será diferente em anos ou os impactos já estão sendo sentidos? Foi esse o debate entre os palestrantes do painel sobre “Inteligência Artificial: o impacto nas novas relações de trabalho e na carreira e saúde das trabalhadoras e trabalhadores do PJU e MPU” na XXIV Plenária Nacional, em Natal.

A mesa foi conduzida, na manhã do sábado do dia 25, pelas coordenadoras Sandra Dias, Fernanda Lauria e Denise Carneiro e pelos coordenadores Manoel Gerson e Wallace Coelho.

O desembargador aposentado do TRT da 15ª Região, Jorge Souto Maior, participando de forma virtual, trouxe a hipótese de que apesar da elaboração de sentenças ser possível, é necessária a supervisão ética de forma humana. Ele lembrou da fala do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), quando disse que a Inteligência Artificial seria utilizada para acelerar os processos, no entanto, não há uma ideia humana de solucionar os conflitos sociais para evitar o excesso de processos. Souto Maior falou sobre o uso do ChatGPT e de pesquisas que vem fazendo na área.

Já a professora titular da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora colaboradora no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Ana Magnólia Bezerra Mendes, também de forma virtual, falou sobre a questão do pensamento colonial que induz o trabalhador a defender os interesses do capital. Em seguida, destacou que a necessidade da

hiperconexão inibe o pensar e pode gerar o adoecimento das trabalhadoras e trabalhadores, além de ser um instrumento de controle.

O coordenador-geral da FenaJufe Fabiano dos Santos começou falando sobre a substituição do humano pela inteligência artificial afirmando que é possível, mas improvável, pois para o capitalismo é muito barato explorar o trabalhador. A questão de responsabilização é outro impedimento. Fabiano chamou atenção para o “PL da Uberização” — que regulamenta o trabalho de motoristas de aplicativo — que já está em discussão no congresso.

O doutor em administração de empresas e pós-doutorando em sociologia do trabalho, Marco Gonsales, vem aprofundando sua pesquisa em como as trabalhadoras e os trabalhadores se organizam para lutar por melhores condições de trabalho contra as empresas de plataforma. Gonsales estuda o movimento de resistência dos motoristas de transporte compartilhado e entregadores no Brasil e em outros países. Falou também sobre a chamada “Indústria 4.0” e a crise de sobreacumulação e de lucratividade do capital. Para ele, a implementação da IA no judiciário já começou, mas possui várias limitações.



▶ Veja como foi!





Após três dias de debates, XXIV Plenária Nacional aprova Plano de Lutas e define Dia Nacional de Mobilização

Delegados e delegadas definiram, ainda, o estado do Paraná como sede do próximo congresso da categoria

O dia 25 de maio foi dedicado à apresentação e análise das propostas recebidas dos sindicatos. Após a leitura, a mesa diretora formada pelas coordenadoras Sandra Dias, Luciana Carneiro, Márcia Pissurno e os coordenadores Thiago Duarte e Luiz Cláudio Correa, autorizou a destruição dos crachás excedentes.

Os debates começaram no fim da tarde e se estenderam até à madrugada. Em alguns momentos as discussões se fizeram acaloradas, porém, democráticas e legítimas. As propostas aprovadas priorizaram a defesa pela unidade da categoria.

Os temas do compilado de propostas que foram

aprovadas vão nortear a luta das servidoras e servidores do PJU e MPU no próximo período. Entre outros pontos, os participantes da plenária aprovaram um calendário de ações no mês de junho.

Os temas do compilado de propostas que foram aprovadas vão nortear a luta das servidoras e ser-

vidores do PJU e MPU no próximo período. Entre outros pontos, os participantes da plenária aprovaram um calendário de ações no mês de junho.

As demais propostas e moções aprovadas serão publicadas posteriormente nas redes de comunicação da Federação.

12º Congrejufe

Os (as) participantes da plenária aprovaram também o estado do Paraná para sediar o próximo congresso nacional da Fenajufe (12º Congrejufe) – após a retirada da candidatura do Sintrajusc/SC em nome da unidade.



Prestação de contas e planejamento orçamentário encerram XXIV Plenária Nacional da Fenajufe em Natal

Após análise, delegadas e delegados aprovaram relatório e planejamento orçamentário para 2024/2025

O conselho fiscal da Fenajufe comandou o último ponto de pauta da XXIV Plenária Nacional no domingo, 26 de maio. O debate se resumiu à apresentação das movimentações contábeis e financeiras da Federação no período correspondente aos meses de outubro de 2023 a abril de 2024.

Compuseram a mesa as coordenadoras Lucena Pacheco, Soraia Marca e Denise Carneiro, além dos(as) integrantes do conselho fiscal Mônica Genú Soares (Sindjuf-PA/AP), Maria Ires Graciano Lacerda (Sintrajud/SP), Elôngio Moreira dos Santos (Sinjeam/AM) e Kelson Nogueira Guarines (Sintrajurn/RN).

Com a exposição dos dados e do relatório do conselho fiscal, os presentes aprovaram as contas por unanimidade.

Previsão orçamentária

Em seguida, o coordenador Fabiano dos Santos compôs a mesa juntamente com as coordenadoras Lucena Pacheco e Soraia Marca para apresentação do planejamento e previsão orçamentária de maio deste ano até o fim do mandato da atual gestão da Federação (abril de 2025). O texto foi submetido ao plenário, tendo sido igualmente aprovado em sua totalidade.

Paulo Rios

Ao final da mesa, Maria Helena Leal, diretora de base do Sintrajud/SP sugeriu que a arte do banner feito para homenagear o ex-coordenador da Fenajufe, Paulo Roberto Rios Ribeiro, falecido em março deste ano, fosse disponibilizada aos sindicatos como legado de sua luta sindical em defesa da classe trabalhadora.

XXIV Plenária Nacional da Fenajufe

Participaram presencialmente da XXIV Plenária Nacional da Fenajufe as coordenadoras Lucena Pacheco, Sandra Dias, Soraia Marca, Luciana Carneiro, Fernanda Lauria, Márcia Pissurno, Juscileide Rondon, Denise Carneiro e Paula Meniconi e os coordenadores Fabiano dos Santos, Paulo José da Silva, Thiago Duarte, Leopoldo de Lima, Fábio Saboia, Jailson Lage, Manoel Gerson, Luiz Cláudio Correa, Paulo Roberto Koinski e Wallace Coelho; já os coordenadores Fabrício Loguercio, Edson Borowski e Ribamar França por videoconferência.

A Plenária contou com a participação de 24 sindicatos de base e a comissão Pró-Fenajufe DF. São eles Sitraam/AM-RR, Sindjuf-PA/AP, Sinsjustra/RO-AC, Sindjus/AL, Sindjufe/BA, Sintrajurn/RN, Sintrajufe/CE, Sindissétima/CE, Sinje/CE, Sinpojufes/ES, Sisejufe/RJ, Sintrajud/SP, Sindiquinze/SP, Sinjufego/GO, Sintrajufe/MA, Sitraemg/MG, Sindjufe/MS, Sindijufe/MT, Sintrajuf/PE, Sintrajufe/PI, Sinjuspar/RR, Sinjutra/PR, Sintrajusc/SC e Sintrajufe/RS.

Entre participantes, convidados e prestadores de serviço, a plenária registrou as presenças de quase 250 pessoas.



Quer mais?

Para falar com a redação:
imprensa@fenajufe.org.br

Participe também no Instagram,
Facebook, Youtube e Twitter:
[@fenajufe](https://www.instagram.com/phenajufe)